

ATA DE REUNIÃO DO GT EDIFICAÇÕES	Brasília – DF
Assunto: Reunião do Grupo Técnico de Edificações do CGIEE	Data: 29/03/2017

PARTICIPANTES

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
George Alves Soares	MME	(61) 2032-5004	george.soares@mme.gov.br
Paula Baratella	MME	(61) 2032-5187	Paula.baratella@mme.gov.br
Jairo José Coura	MCTIC	(61) 2033-7904	jairo.coura@mcti.gov.br
Samira de Sousa Carmos	MCTI/SETEC	(61) 2033-8682	samira.sousa@mcti.gov.br
Marcos Borges	INMETRO/PBE	(21) 2563-5644	maborges@inmetro.gov.br
Gustavo Kuster	INMETRO/PBE	(21) 2563-5644	gkuster@inmetro.gov.br
Marcel da Costa Siqueira	Eletrobras	(21) 2514-5705	marcel@eletrobras.com
João Queiroz Krause	Eletrobras	(21) 2514-6230	joao.krause@eletrobras.com
Moises Santos	Eletrobras	(21) 2514-6487	moissess@eletrobras.gov.br
Roberto Lamberts	UFSC	(48) 3271-2390	roberto.lamberts@ufsc.br

PAUTA SUGERIDA - 29/03/2017 (9h30 – 12:00h)

1. **Abertura;**
2. **Informação sobre atividades realizadas – por área (máx. 15 min.);**
3. **Reestruturação do GT;**
4. **Elaboração do Plano de Trabalho – prioridades.**

A reunião ocorreu nas dependências do Ministério de Minas e Energia (Brasília) na Sala 552, na Sede da Eletrobras, (Rio de Janeiro/Videoconferência) e na UFSC (Florianópolis/Videoconferência) para evitar o deslocamento de participantes. Esta decisão atende ao disposto na Portaria n° 172, de 27 de maio de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que restringiu os gastos do Executivo Federal.

1. ABERTURA

Pronunciamento do Coordenador do Grupo Técnico de Edificações, Coordenador de Eficiência Energética do Departamento de Desenvolvimento Energético – DDE/SPE, Sr. George Alves Soares, dando as boas vindas, seguindo-se uma breve rodada de apresentações. George Soares sugeriu alterar a ordem do seguimento da Pauta, antecipando a Reestruturação do GT Edificações e solicitou que a Eletrobras, como Secretaria Executiva do GT ficasse responsável pela Ata da reunião.

2. REESTRUTURAÇÃO DO GT

O Coordenador do Grupo ressaltou a importância do GT Edificações e mencionou que considera imprescindível, no momento, focar as ações no aspecto regulatório, ao que os demais participantes aquiesceram. Mencionou ainda ser uma área complexa, cuja participação dos setores envolvidos é essencial.

Sobre a reestruturação do GT, George propõe trabalhar para alterar o Decreto n° 4.059, de 19 de dezembro de 2001, que cria o Grupo Técnico em questão e define seus membros, no intuito de incluir novos participantes, que têm participação ativa no setor e não têm assento. No entanto, a alteração do Decreto pode não ser ágil, portanto sugeriu instituir as categorias: Convidado permanente, que participaria de todas as reuniões do GT e Convidado eventual, que receberia convite para participar quando pertinente, de acordo com o tema a ser discutido. Tais categorias permitem de maneira imediata atualizar informalmente os participantes permanentes do Grupo e não ocupar indevidamente o tempo dos participantes cujo interesse de participação é eventual, reduzindo a necessidade de mobilização de infraestrutura. Todos os participantes manifestaram concordância com a proposta. Na sequência foi projetada a lista atual de participantes, que é composta por: Ministério de Minas e Energia, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministério da Integração Nacional, Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, Procel, Conpet, Confea, IAB, CBIC e um membro da Universidade Brasileira.

Ressaltou-se que há membros atuais que não têm participado das reuniões e cujas opiniões são importantes para o setor, como por exemplo, o CBIC. O professor Lamberts sugeriu que o MME entre em contato diretamente com o Presidente do CBIC reforçando o convite, obtendo a anuência do Coordenador do grupo.

Para os Convidados permanentes foram sugeridos: MMA, representado pela Sra. Alexandra Maciel; MCidades, na pessoa da Sra. Maria Salette Weber; EPE, Jeferson Soares; Inmetro, Analina Rodrigues; CAU, Haroldo Pinheiro de Queiroz; ANEEL, Sheila Damasceno.

Gustavo Kuster do Inmetro sugeriu que instituições financeiras sejam participantes permanentes ou, minimamente, sejam informados com frequência dos assuntos discutidos nas reuniões. João Krause da Eletrobras sugere que sejam marcadas reuniões com periodicidade anual ou semestral, que tratem do tema financiamentos e contem com a presença destas instituições como convidadas eventuais. George sugere a pronta criação de uma *newsletter* ou lista de e-mails endereçada a estas instituições, contendo um resumo dos tópicos discutidos em cada reunião, mas adverte para que o Grupo não perca o foco no aspecto da regulamentação.

Marcos Borges do Inmetro menciona a importância de construir um Plano contemplando áreas de atuação, como comunicação, financiamento, etc.

Como Convidados eventuais seriam chamados Instituições financeiras, de pesquisa, de fomento, etc.

3. INFORMAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

1. PBE Edifica

Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações: Trata-se de uma avaliação do potencial de eficiência energética dos edifícios, realizada na etapa de projeto e após a conclusão da construção. Aplica-se principalmente a construções novas ou a *retrofits*, quando a envoltória e/ou os sistemas consumidores de energia são alterados ou substituídos.

- Edifícios Comerciais, Serviços e Públicos 2009;
- Edifícios Residenciais 2010;
- 117 etiquetas de projeto Edifícios Comerciais, Serviços e Públicos; 77 etiquetas de edificações construídas;
- 2350 etiquetas de projetos de Edifícios Residenciais; 1588 etiquetas de residências construídas;
- Programa voluntário, com estrutura baseada em Organismos de Inspeção Acreditados pelo Inmetro. Já houve 5 funcionando concomitantemente. Atualmente há 4 em atividade, tendo o mais ativo cessado seu funcionamento, dada a insustentabilidade do negócio. Dos remanescentes 1 não renovará a acreditação, por insuficiência de demanda. O quadro indica a necessidade da implementação da compulsoriedade, o que requer um estudo de implementação gradual.

Sobre este ponto, George comenta sobre carta a ser enviada para o Presidente do Inmetro, solicitando avaliar a possibilidade de a Instituição abdicar dos custos do processo de acreditação/ renovação da acreditação, até que o programa seja sustentável. Marcos Borges ressalta que há custos que dizem respeito a agentes externos ao Inmetro, cuja redução dependeria de uma revisão procedimental nos Requisitos de Avaliação da Conformidade para a Etiquetagem de Edificações, obtendo a concordância dos demais participantes. João comenta a possibilidade de retomar os estudos para aplicação da Certificação de Profissionais ao processo de Etiquetagem, ressaltando que a estrutura dos Organismos de Certificação de Pessoas (OPCs) também seria bem-vinda para a avaliação de Desempenho Energético Operacional de Edificações;

- Uma primeira iniciativa de compulsoriedade foi a Instrução Normativa 02/2014 do MPOG - compulsório em nível A na esfera pública federal (administração direta, autárquica e fundacional), mas a falta de fiscalização apropriada ainda não permitiu que a medida alcançasse a adesão desejada. O MME relatou ter sugerido ao TCU ações mais efetivas nesse sentido. O TCU, por sua vez, solicitou ao MPOG a revitalização do CISAP (Comitê interministerial de Sustentabilidade da Administração Pública) e a criação de meios para fiscalizar a aplicação da IN 02;
- Do ponto de vista mais técnico o método atual não quantifica o consumo de energia (só em simulação) e dificulta a avaliação das economias, o que sempre foi um ponto negativo levantado por todos os *stakeholders*;
- No método proposto (em fase final de elaboração) são quantificadas as economias no consumo de energia elétrica e gás, a partir de uma edificação de referência, além de geração de energia local renovável e emissão de CO₂;
- No momento sugere-se ao GT Edificações, no que diz respeito a esse assunto, dar foco na implementação do novo método e no encaminhamento gradual da compulsoriedade do programa com o envolvimento do setor.

Marcos Borges comenta sobre o processo de reestruturação em curso no Inmetro, recomendando ao MME promover articulação interministerial junto ao MDIC, de tal modo que, demandado diretamente, as prioridades de atuação do Inmetro sejam direcionadas à Revisão do Método de Etiquetagem, bem como ao estudo sobre a Certificação de Profissionais.

2. Instrução Normativa 02/2014 e Portaria 23/2015 ao MPOG

- IN 02 em vigor desde 05/08/2014;
- Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de

- Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam *retrofit*;
- ENCE Geral A obrigatória para novas edificações públicas federais com mais de 500m² e valor de obra superior ao CUB médio Brasil. Em edificações que passem por *retrofits* obrigatória a ENCE parcial A para o sistema alterado (iluminação e/ou ar condicionado), sendo vedado diminuir a classe de eficiência da envoltória;
 - ENCE A requerida para aquisição ou locação de máquinas ou aparelhos consumidores de energia Regulamentados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), conforme publicação no sítio eletrônico www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas.asp;
 - Elaboração pelo Procel de Manual para Etiquetagem de Edificações Públicas pelo Gestor Público;
 - Portaria 23 em vigor desde 12/02/2015;
 - Estabelece boas práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços;
 - Reitera a aplicação da IN 02 e propõe estabelecer indicadores para o monitoramento do consumo de Energia Elétrica e de Água, entre outros.
3. Desempenho Energético Operacional de Edificações (DEO)
- A avaliação DEO trata-se de uma metodologia para o diagnóstico e a efficientização das edificações existentes oferecendo opções adequadas a diferentes *budgets* e capazes de proporcionar economias energéticas e econômicas com efeito imediato;
 - O processo requer a elaboração de *benchmarks* específicos por tipologia edificada, permitindo situar o consumo de energia real da edificação em relação ao consumo médio do mercado e à boa prática e oferece em seu relatório possibilidades de implementação estratificadas por custo;
 - Tenciona-se desenvolver uma certificação similar à britânica DEC (*display energy consumption*) por meio de uma categoria de Selo Procel;
 - A metodologia DEO foi elaborada pelo CBCS, tendo início com o desenvolvimento de *benchmark* para agências bancárias. Na sequência dois Projetos financiados pelo *Prosperity Fund* da Embaixada Britânica, dos quais a Eletrobras participou como Beneficiária, tendo o Procel como gestor técnico, possibilitaram o desenvolvimento de um *Benchmark* para Escritórios Corporativos e a incorporação da Avaliação de Percepção de Conforto pelo Usuário, conferindo o caráter de avaliação de Eficiência Energética ao DEO. Em paralelo o MMA, com recursos do GEF (*Global Environment Fund*), financiou o desenvolvimento de um *benchmark* para prédios públicos.
4. Plano de Aplicação dos Recursos do Procel
- Projeto 1. Implementação de projetos de eficiência energética e geração distribuída em edificações:
 - Objetivos: 1. Estimular a geração distribuída em conjunto com ações de eficiência energética no setor comercial e 2. Acelerar a transformação do mercado de construção civil;
 - Atividades: 1. Estabelecer acordo voluntário com grandes construtoras/ incorporadoras, objetivando introduzir os critérios de EEE no *modus operandi*; 2. Criar um Programa para Efficientização de Edificações Comerciais Corporativas em Uso e 3. Criar um Programa Nacional de integração de medidas de EEE e sistemas de microgeração distribuída.
 - Projeto 2. Estruturação do setor de edificações por meio de estudos e desenvolvimentos de base de dados com indicadores:
 - Objetivos: 1. Desenvolver indicadores paramétricos de consumo de energia para edificações em operação, por tipologia edificada, estratificados de modo a permitir comparação entre subsistemas; 2. Aprimorar e automatizar processos, melhorar e baratear serviços prestados com o desenvolvimento de banco de dados robusto e sistemas informatizados de gestão e correlacionamento de dados e 3. Estimular a implementação da compulsoriedade da etiquetagem de edificações, prevista na Lei 10.295/2001, na Portaria 23/2015 e no PNEf;
 - Atividades: 1. Desenvolver indicadores paramétricos de consumo de energia para edificações em operação, para 9 tipologias de edificação, estratificados de modo a permitir comparação entre subsistemas de consumo; 2. Desenvolver novas estruturas e/ou compatibilizar estruturas existentes de Bases de Dados, incluindo sistema de gestão integrado para os mecanismos de Certificação e Avaliação nacionais e desenvolver software de correlacionamento de dados para a geração de indicadores sob medida e 3. Gestão do MME junto ao MPOG para aplicação da Instrução Normativa nº.02/2014 do MPOG e incorporação do Selo Procel Edificações.
5. Cooperação Brasil-USA
- Medição de propriedades de vidros com Abividro;
 - Desenvolvimento CB3E/LBNL de um medidor de ganho de calor solar em janelas (mais informações disponíveis em <https://energy.gov/eere/articles/us-brazil-collaboration-leads-innovative-device-reduces-energy-use-buildings>).

4. ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO-PRIORIDADES

Marcos Borges propôs definir, na próxima reunião do Grupo, as linhas mestras do Plano de ação, mencionando a importância de visitar o PNEf. A Eletrobras, na pessoa do Gerente do Procel, Marcel Siqueira, propôs reunir-se na próxima semana com o Inmetro para a elaboração de uma minuta de Plano de Trabalho para ser agregada no convite aos demais participantes do GT Para a próxima reunião, dando celeridade ao seu desenvolvimento.

George, por sua vez, afirmou que, em um cenário otimista, o MME gostaria de mapear o processo de estabelecimento de índices mínimos em edificações neste ano.

5. ENCERRAMENTO

Sr. George Alves Soares encerra a reunião agradecendo a presença de todos. A próxima reunião foi marcada para 27 de abril de 2017 e espera-se contar já com a presença dos convidados permanentes, formalizando sua participação no GT Edificações.